

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 08 de julho de 2016.

Edição nº 1941

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contratos.....	2
Concursos Públicos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	2
---------------	---



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre 08 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1941

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

SUMULA - AQUISIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS
PROCESSO N.º 000810.0900.16-5
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2016
REGISTRO DE PREÇOS
CO.32733

CONTRATADA: JOSÉ CARLOS LOUREIRO - ME.; **OBJETO:**
 AQUISIÇÃO DE REFRIGERADORES 110V E 220V

ITEM	QTDE. (UN.)	DESCRIÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	6	REFRIGERADOR 110V	R\$ 1.200,00
2	9	REFRIGERADOR 220V	R\$1.200,00

VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
 Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade
 2746, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.52/5231;
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93 e 10.520/02;
 Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09; e Provimentos PGJ/RS
 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07
 de julho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
 OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**
PROCESSO N.º 2434-09.00/15-3
CONVITE Nº 27/15

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:**
 acrescentar ao objeto do Contrato de Obras e Serviços de
 Engenharia - AJDG n.º 169/2015, materiais e serviços,
 resultando no acréscimo ao preço total do ajuste de R\$
 15.739,46. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade
 Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da
 Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:**
 artigo 65, inciso I, alínea "a" e "b", e § 1º, da Lei Federal n.º
 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06
 de julho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO
 PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR**

PR.00001.00489/2013-5

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da
 Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça
RAQUEL MARCHIORI DIAS, ID n.º 3519899; **OBJETO:**
 permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular
 placa IWL0103, a ser usado na execução de tarefas e serviços
 no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade
 com o Provimento n.º 12/2013;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de
 julho de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 102/2016

COMISSÃO DO CONCURSO

TORNO PÚBLICO a designação da Professora Universitária
 SABRINA PEREIRA DE ABREU na condição de examinadora
 revisora de Língua Portuguesa, realizada pela Portaria n.º
 2325/2016, publicada no Diário Eletrônico do Ministério
 Público de 06 de julho de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07
 de julho de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
 Procurador-Geral de Justiça,
 Presidente da Comissão.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 119/2016

**O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO
 PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo
 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério
 Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças
 de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações
 encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 01203.00018/2016 instaurado na Promotoria De Justiça
 Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes
 Licitatórios por Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues Da Silva
 Algarve - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça
 Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de
 Possível irregularidade na contratação direta da empresa
 QUALIDADE RS (PGQP), com fundamento no previsto no art.
 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, pela CEEE-GT (contrato n.º CEEE-
 GT/9940435) e o investigado SÉRGIO CAMPS DE MORAIS
 Investigado: Sérgio Camps De Moraes. Local do Fato: Porto
 Alegre.

IC 00915.00143/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De
 Tramandaí por Cristiane Della Méa Corrales - Designação
 Excepcional - Promotoria De Justiça De Tramandaí com a
 finalidade de Apurar irregularidade em razão da designação
 de servidora Fernanda Menezes dos Santos para o exercício
 da função gratificada de vice-diretora do Centro de Atenção ao
 Educando CAE, no Município de Cidreira Investigado:
 Município De Cidreira. Local do Fato: Cidreira.

IC 00915.00142/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De
 Tramandaí por Cristiane Della Méa Corrales - Designação
 Excepcional - Promotoria De Justiça De Tramandaí com a
 finalidade de Apurar irregularidade em razão da não
 nomeação de candidato aprovado para o cargo de Arquiteto
 em decorrência do edital n.º 024/2011 do Município de
 Cidreira Investigado: Prefeitura Municipal De Cidreira. Local
 do Fato: Cidreira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de
 Julho de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
 Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público.
 De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00935.00010/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alvorada por Rochelle Danusa Jelinek - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alvorada com a finalidade de OBJETO: investigação de poluição sonora e perturbação do sossego proveniente dos cultos religiosos promovidos pela casa de religião situada Rua Carlos Gomes, 741 - fundos, em Alvorada Investigado: Mayke Roger Rodrigues De Souza. Local do Fato: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Julho de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00824.00094/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas por André Barbosa De Borba - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas com a finalidade de investigar a prestação ineficiente de fornecimento de energia elétrica na Rua Póvoas Junior e adjacências.

Local: Pelotas.

Investigado: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D.

IC 00748.00135/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de investigar PRÁTICA/CLÁUSULA ABUSIVA - RETENÇÃO DE DOCUMENTO PESSOAL PARA SERVIÇO DE CARRINHOS DE BEBÊ; VIOLAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 5.553/68.

PARTES: DE OFÍCIO (REPRESENTANTE), SHOPPING IGUATEMI CAXIAS DO SUL (INVESTIGADO).

LOCAL: CAXIAS DO SUL/RS.

Inquérito Civil 01631.000.453/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 05/07/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de Fornecimento de produto impróprio para consumo e supostos óbices oferecidos à devida fiscalização do estabelecimento.

Investigado(s): Airton Klein (matadouro-frigorífico). Local do Fato

Inquérito Civil 01631.000.505/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 06/07/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de Apurar fornecimento de sementes impróprias para o consumo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Julho de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

Inquérito Civil 01800.000.092/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA PETRÓPOLIS em 06/07/2016 por Carla Pereira Rêgo Flôres Soares com a finalidade de apurar a retirada de sub-bosque sem autorização do órgão ambiental.

Investigado(s): AIRTON GUILHERME JANNKE. Local do

Fato: Rua Henrique Bundchen, 1730, Picada Café.

IC 00872.00020/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo por Paula Regina Mohr - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo com a finalidade de averiguar o acúmulo de resíduos e lixo em terreno;

Local: Travessa Beira-Rio, Bairro Fava, lindeiro ao Arroio Itaquirinchim, em Santo Ângelo, RS.

Investigado: Município de Santo Ângelo, RS.

IC 01129.00014/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Salto Do Jacuí por Roberto Carmai Duarte Alvim Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Salto Do Jacuí com a finalidade de apurar o dano ambiental cometido, em tese, por Adão Gilmar Silva da Costa, consistente em fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e/ou contrariando as normas legais e regulamentares Investigado: Adão Gilmar Silva Da Costa. Local do Fato: Salto Do Jacuí.

IC 01129.00011/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Salto Do Jacuí por Roberto Carmai Duarte Alvim Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Salto Do Jacuí com a finalidade de Apurar possível dano ambiental cometido por Mauro Cesar Stertz, consistente em fazer funcionar obra potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes Investigado: Mauro Cesar Stertz. Local do Fato: Salto Do Jacuí.

IC 00748.00138/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça

Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de investigar POLUIÇÃO SONORA/PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO POR COMPETIÇÕES NÃO AUTORIZADAS (RACHAS), DIREÇÃO PERIGOSA E BADERNAS NA AV. RUBEM BENTO ALVES, PROXIMIDADES DA RÓTULA DA RUA ATÍLIO ANDREAZZA, EM CAXIAS DO SUL.

PARTES: MORADORES DO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA (REPRESENTANTES), MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL (INVESTIGADO).

LOCAL: CAXIAS DO SUL/RS.

IC 00907.00033/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Soledade por Tânia Maria Hendges Bitencourt - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Soledade com a finalidade de apurar se houve a regularização registral e se existe infraestrutura mínima o Loteamento Merlin, o qual está localizado no Bairro Ipiranga, em Soledade/RS.

INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE SOLEDADE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.738.530/0001-10, com sede administrativa na Av. Júlio de Castilhos, 898, Centro, em Soledade/RS



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre 08 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1941

LOCAL DO FATO: Loteamento Merlin, Bairro Ipiranga, Soledade/RS.

IC 00894.00046/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Luiz Gonzaga por Fernando De Araujo Bittencourt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Luiz Gonzaga com a finalidade de Apurar conduta lesiva ao meio ambiente e sua responsabilidade em virtude do funcionamento de estabelecimento poluidor (indústria de produção e restauração de aberturas e de móveis de madeira e em MDF), sem licença de operação expedida por órgão ambiental competente Investigado: Daniel Mauricio Ribeiro. Local do Fato: São Luiz Gonzaga.

IC 00894.00045/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Luiz Gonzaga por Fernando De Araujo Bittencourt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Luiz Gonzaga com a finalidade de Apurar conduta lesiva ao meio ambiente e sua responsabilidade em virtude da queima de pneus em local aberto, bem como da manutenção de um açude e de dois canais hídricos, sendo um deles dentro de área de preservação permanente e, ainda, do corte em vegetação nativa, situada em área de preservação permanente Investigado: Luiz Paulo Steigleder. Local do Fato: São Luiz Gonzaga.

IC 00813.00021/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Nova Prata por Leonardo Dos Santos Rossi - Designação Excepcional - Leonardo Dos Santos Rossi com a finalidade de OBJETO: Atividade de bovinocultura, em regime semiextensivo, sem possuir licença ambiental.

LOCAL: Linha Duque de Caxias, Nova Bassano

PARTE: ADILSON PERUZZO. Investigado: Adilson Peruzzo. Local do Fato: Nova Bassano.

IC 00813.00022/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Nova Prata por Leonardo Dos Santos Rossi - Designação Excepcional - Leonardo Dos Santos Rossi com a finalidade de OBJETO: Contaminação do solo causada pelas atividades de bovino e suinoculturas, sem possuir licenciamento ambiental.

LOCAL: Linha Duque de Caxias, Nova Bassano

PARTE: JOACIR BERLATTO. Investigado: Joacir Berlatto. Local do Fato: Nova Bassano.

IC 00813.00020/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Nova Prata por Leonardo Dos Santos Rossi - Designação Excepcional - Leonardo Dos Santos Rossi com a finalidade de OBJETO: Exploração de poço artesiano sem outorga do DRH. LOCAL: Rua Silva Jardim, 1532, Nova Bassano.

PARTE: ANA FÁTIMA ROMAN. Investigado: Ana Fátima Roman. Local do Fato: Nova Bassano.

IC 01129.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Salto Do Jacuí por Roberto Carmai Duarte Alvim Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Salto Do Jacuí com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e/ou contrariando as normas legais e regulamentares Investigado: Peterson Yuri Dos P. Posser. Local do Fato: Salto Do Jacuí.

IC 00913.00024/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tenente Portela por Nilton Kasctin Dos Santos - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tenente Portela com a finalidade de OBJETO: Destruição de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente.

LOCAL: Localidade de Desimigrados, interior, Derrubadas/RS.

PARTES: Wilson José Schuster.

IC 00913.00025/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tenente Portela por Nilton Kasctin Dos Santos - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tenente Portela com a finalidade de OBJETO: Destruição de vegetação nativa, sem licenciamento dos órgãos competentes.

LOCAL: Localidade de Dois Marcos, interior, Derrubadas/RS.

PARTES: Ari Rodrigues de Moraes.

IC 00794.00034/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Ijuí por Diolinda Kurrel Hannusch - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Ijuí com a finalidade de apurar o dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa fora de área de preservação permanente no imóvel pertencente ao investigado, situado na Linha 30 Norte, no interior de Ajuricaba, e possibilitar a recuperação ambiental da área degradada e a composição civil do dano. Investigado: Nelson Jorge Moresco. Local do Fato: Ajuricaba/RS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Julho de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00828.00006/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Piratini por Adoniran Lemos Almeida Filho - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Piratini com a finalidade de investigar supostas irregularidades quanto ao funcionamento da sala de parto do Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição. Investigado: Hospital De Caridade Nossa Senhora Da Conceição De Piratini. Local do Fato: Piratini.

IC 01138.00003/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Regional De Santa Maria por Rosângela Corrêa Da Rosa - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Regional De Santa Maria com a finalidade de Verificação da estrutura física da Escola Estadual de Ensino médio Princesa Isabel, do Arroio do Só, em Santa Maria, especialmente a ampliação e reforma geral da escola - PNO, rede hidráulica, área coberta na entrada da escola (proteção para os alunos em dias de chuva), cercado ao redor da escola, falta de Recursos Humanos Investigado: Estado Do Rio Grande Do Sul. Local do Fato: Santa Maria.

IC 00891.00023/2012 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de OBJETO: INVESTIGAR DENUNCIA DE GRAVES IRREGULARIDADES EXISTENTES NO CAPS ADULTO INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO LOCAL: R. PRAÇA TIRADENTES, 119, CENTRO, SÃO LEOPOLDO Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00146/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar a denúncia de falta de atendimento da Equipe de Saúde da Família do Posto de Saúde Rio dos Sinos Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00049/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Fiscalizar o efetivo cumprimento dos artigos 17 e 18, da Lei 7.737/2012 do Município de São Leopoldo, que institui o Código Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Reduzida Investigado: Banco Bradesco. Local do Fato: São Leopoldo.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre 08 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1941

IC 00784.00010/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Gravataí por Janine Rosi Faleiro - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Gravataí com a finalidade de Apurar irregularidades – ausência de alvará sanitário e inadequações legais - na Comunidade Terapêutica situada na Estrada Fazenda Conceição, 780, parada 89 da ERS 20, Gravataí/RS. Investigados: Jeferson Cordova Constante. Local do Fato: Gravataí.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Julho de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,
Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.